

Notas e informações

O dever impostergável

De seu posto de observação, o presidente do Senado Federal deve ter motivos de sobra para temer a retórica das oposições, antes e depois da edição do pacote eleitoral. São essas razões que explicariam seu pessimismo ao comentar o que lhe pareceu uma declaração de guerra do líder do PMDB no Senado, anunciando a obstrução total dos trabalhos legislativos na Câmara Alta. Deveria, o senador Passarinho, estender suas sobradas razões para não ser otimista ao comportamento do PDS na Câmara dos Deputados, onde continua obstruindo a ordem do dia para não aprovar projeto que fixa para 15 de novembro a data das eleições no ano que vem. A rigor, se é sintoma de crise as oposições nada aprovarem, é-o ainda mais o partido oficialista não dar **quorum** para que se vote proposta de igual teor à do governo, e que originou toda a crise política.

Na verdade, se não estamos em crise institucional, corremos o risco de caminhar com alguma rapidez para ela, quer porque as oposições radicalizam, quer porque o governo dá às oposições pretextos para que radicalizem. Esses, verdade seja dita, fornece-os o governo no plano institucional, que por ser o mais sensível para o conjunto da Nação sensibiliza todos mais fundamentalmente. As oposições, essas preferem dá-los no terreno da retórica, portando-se como se o "poder e a glória" estivessem ao alcance de suas mãos para o ajuste de contas do dia da ira. As pessoas com algum traquejo na vida política sabem que a retórica conta pouco; o senador Passarinho, no entanto, da mesma maneira que muitos outros, sabe que há pessoas que dão muita importância à retórica.

Na verdade, a quem aproveita esse jogo de radicalizações simétricas, como se vivêssemos de fato o clima de

guerra a que aludiu, metaforicamente, o presidente do Senado? A Nação, como um todo, com certeza, não interessa este jogo do "tudo ou nada" em que a política se está transformando, depois de haver-se vislumbrado, nos episódios das sublegendas e do pacote da Previdência Social, a possibilidade de a parlamentação, essência do regime democrático, imperar entre o governo e as oposições. Muito menos às classes produtoras, ou aos trabalhadores, empenhados em criar as riquezas de que a Nação necessita para vencer a crise gerada, entre outras coisas, mais pela incapacidade administrativa do governo do que pelo exercício livre da política. As oposições também não — a menos que já se tenham deixado empolgar pelo espírito belicoso de suas minorias radicais ou do senador Nilo Coelho, que viu uma "provocação" na indicação do senador Teotônio Vilela para a presidência da Comissão Mista que vai relatar o pacote e saiu-se com essa declaração pouco tranquilizadora: "Eles querem guerra, pois terão a guerra total". É possível que haja, nas oposições, os ingênuos que ainda imaginam possível derrotar o governo com o concurso de fugitivos do PDS. Esses são, na verdade, os que abusam da retórica que tanta preocupação causa ao senador Passarinho — que deveria ver, por outro lado, que a ira do líder do governo, que nada tem de santa, e a delicadeza do vice-líder Murilo Badaró para com o senador Vilela — "o nome de v. exa. não foi nem cogitado" — indicam um aumento da temperatura e pressão em nada condizente com a imperiosa necessidade de calma e lucidez nestes momentos críticos.

A radicalização simétrica apenas interessa aos que, à direita e à esquerda, jogam no quanto pior, melhor. Não é este, estamos certos, o espírito do presidente da República, que, embora

membro (e preeminente) da oligarquia palaciana, tem um compromisso jurado com a Nação. Em função desse compromisso, o presidente da República deve convencer-se de que é chefe de Estado, e não presidente honorário de um partido político, que pode ganhar ou perder as eleições. Que s. exa. é de opinião, desde os tempos de candidato, que buscar avançar demais é um erro, todos sabem — o que não se sabe, porém, é no que o fato de as oposições terem estabelecido algumas condições para desobstruir a ordem do dia na Câmara Alta possa ter alterado de tal maneira a situação política, que a declaração de guerra seja a alternativa para a parlamentação. Em 1978, o candidato não dizia que era impossível dialogar com o então MDB porque ele queria a extinção do Ato Institucional nº 5, das leis de exceção e do Decreto-Lei nº 477? Isso tudo, ou quase tudo, não foi feito sem que a Nação, o governo, as Forças Armadas sofressem em seu equilíbrio e estabilidade, pelo contrário, só aumentando o conceito do País no Exterior? Por que, agora, tratar as oposições como inimigas da Pátria? Transformando-se em chefe de partido, o presidente da República foge ao juramento que fez de "sustentar a união" do País e, mais do que dele, da Nação. É possível que s. exa. continue não acreditando numa democracia substancialmente liberal — fora dela, no entanto, convença-se, a alternativa é o regime de um partido, ou a oligarquia, ou o arbítrio.

Fazer cessar a radicalização das oposições é tarefa a que a opinião pública deve entregar-se com vigor; fazer cessar aquela dos pró-homens do governo, no entanto, é o dever único e impostergável do general João Baptista Figueiredo enquanto presidente da República.